



**ATA DE REUNIÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.**

Local: Porto Velho /RO

Data: **13 de Maio de 2021**

Pauta/Assuntos: **Vacinação de servidores da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia.**

Participantes: **Participantes: Dr Fernando Máximo (Secretário de Estado da Saúde), Ana Flora Camargo Gerhart (Agevisa) Jailson Viana de Almeida (Secretário Adjunto Agevisa), Tiago Cordeiro Nogueira (Procuradoria Geral do Estado), Luis Fernando Pereira da Silva (Sefin), Flavia Beatriz Rego (Governadoria), Caio Nehmet (Estatístico Casa Civil), Amanda Diniz (SESAU), Nélio Sousa (SESAU), Adriana Larissa da Silva (SESAU), Andressa Carla Ribeiro (SESAU), Heráclito Souza (SESAU)**

Iniciada a Reunião o Dr. Fernando Máximo inicia fazendo a apresentação dos representantes da AGEVISA (Edilson e Flora) SEPOG (Jailson) PGE (Dr. Tiago), SESAU (Nélio, Amanda, Adriana, Andressa), SEFIN (Luís Fernando), CASA CIVIL (Flávio e Caio), expõe ainda se tratar de reunião ordinária do comitê para que haja a situação real da disseminação da COVID-19 no Estado de Rondônia para que sejam direcionadas possibilidades de medidas a serem tomadas com base nas estatísticas apresentadas. Caio realiza a apresentação de gráficos representativos da demanda que necessita de Leitos de UTI, relata algumas alterações no indicativo de fila de espera de UTI que merecem atenção, demonstra que houve redução em medos de Abril após audiências e campanhas de prevenção, contudo, após algumas flexibilizações é possível observar a não manutenção destas reduções, havendo novamente altas de pacientes em fila de espera, salientando ainda a necessidade destas flexibilizações, mas que as mesmas findam por preocupar, visto que a análise demonstra quantitativo considerável de aumento de contaminação pela COVID-19. Luís Fernando questiona quanto ao estabelecimento de causa e efeito que expliquem a queda nos quantitativos de pacientes em fila de espera em meados de Abril. Caio expõe que o empenho em publicidade (publicações), restrição de aglomeração em percentuais e intensificação do trabalho de fiscalização, tendo acompanhado de perto o trabalho da SECOM. Dr. Fernando Máximo relata a observação na redução do quantitativo de pacientes de grupos que foram vacinados, inicial o grupo com mais de 70 anos e profissionais da saúde, salientando que hoje praticamente não há pacientes nessa faixa etária de idade e nem estes profissionais internados em Unidades de Terapia Intensiva, relata que atualmente existem em média 300 profissionais afastados por covid com casos leves, mas que no início do ano haviam em torno de 1.500 e vários em estado grave, outro fator de redução é a realização de testagem rápida através do Drive-Thru que tem identificado também pessoas sem sintomas e com sintomas leves, o que permite colocá-las em quarentena e impedir que muitas outras pessoas sejam contaminadas, relata ainda o incentivo a outras prefeituras do Estado com realização de doação de testes para as mesmas para

que possam realizar estas medidas de identificação para que haja redução no quantitativo de contaminados, incentiva ainda que as prefeituras solicitem ajuda a iniciativa privada para arrecadação de valores para obtenção dos testes rápidos. Luís Fernando expõe que dentre as possibilidades de medidas que influenciam para a redução de contaminados, a mais concreta seria a administração da vacinação, visto a redução considerável de pessoas contaminadas do grupo já devidamente imunizado. Caio expõe o acompanhamento da situação da contaminação na Índia, salientando o surgimento de novas variantes do vírus, para os quais a vacina que possuímos atualmente em algum momento pode se mostrar ineficiente, havendo um risco real de alta nas contaminações por novas variantes, relata que a variante P1 foi descoberta em Rondônia em meados de dezembro, contudo, esta variante já estaria aqui no Estado em torno de dois meses antes, mas por conta da nossa fraca capacidade de análise, o tempo para identificação é aumentado, salientando a necessidade de nesse momento atentar-nos para a lateralização dos gráficos que até então estavam decrescendo. Dr. Fernando questiona quanto a tendência de baixa mostrada no gráfico, sobre a mesma ser real ou apenas projeção. Caio informa que se trata de tendência ainda não real, que é uma tendência numérica, que para se consolidar como realidade é necessária a manutenção por quatro dias, esperando um decréscimo contínuo nesta data que para que haja real confirmação, reforça que se houver crescimento nesta data e amanhã já será confirmado a tendência de alta, o problema maior é que as altas e baixas estão sendo tangenciadas muito próximo do limite para se ter fila de UTI, por isto, se o quantitativo subir, qualquer ação tomada para contenção não terá tempo suficiente para evitar a fila. Luís Fernando pergunta sobre o quantitativo de leitos de unidade de terapia intensiva, se tem sido mantido ao longo do tempo. Caio relata que o quantitativo normalmente oscila e que hoje há algumas características que complicam, visto que os pacientes tem permanecido por um tempo maior em UTI, e a velocidade com que a pessoa tem agravado, o que são situações preocupantes em comparação ao início da pandemia. Dr. Fernando relata satisfação em observar 92% de leitos de UTI ocupadas quando comparada a período em que detínhamos de 150% de leitos de UTI ocupados o que representava em torno de 170 pacientes aguardando em fila, relata a angústia e desespero de toda a Equipe ao enfrentar período de grande quantitativo de fila de espera em Unidade de Terapia Intensiva, reforça a importância de oferecer a internação adequada para que não haja óbitos de paciente ainda aguardando por internação, salienta ainda que estamos em quantitativo muito próximo de uma ocupação de 100% e que cabe atenção nestes índices para que não retornemos ao período de maior desespero com pacientes em fila de espera por internação em Leitos de Unidade de Terapia Intensiva. Caio demonstra concordância com a fala do Dr. Fernando de que não estamos em situação confortável, trata-se de alívio por termos saído de um quadro extremo, mas que o cuidado deve permanecer, por ainda se tratar de quantitativo muito próximo de uma ultrapassagem grave de pacientes contaminados, principalmente pelo que tem sido observado na Índia, que hoje é um dos maiores produtores de vacina do mundo, pela situação difícil, é provável que as vacinas produzidas na Índia passem a ser destinadas para a sua população, o que impossibilitará a exportação para outros países, o que gerará falta de doses e a impossibilidade de cumprimento do cronograma de vacinas, mesmo sendo uma hipótese, é preciso atentar-nos. Luís Fernando demonstra quadro informativo de quantitativo de vacinação, uma redução, mas reforça que já houve liberação de todas as atividades, retorno de cinemas, escolas particulares o que tende a aumentar o número de casos, relata ainda que temos atualmente um ambiente político extremamente desfavorável para qualquer medida restritiva, por já haver um embate enorme para não restrição, visto que tomar medidas ao comércio hoje irá em contrário ao que tem sido decidido pelo governo federal, o que gera dificuldade e a

necessidade de análise do que pode ser feito dentro do campo de ação estadual, levanta o questionamento quanto a possibilidade de aumentar número de leitos. Dr Fernando Máximo informa que não é impossível, porém bem difícil, por necessidade de espaço físico, equipamentos, profissionais, relata ainda que com a promoção de verbas indenizatórias foi possível estabilizar a escala médica, porém ainda no limite do aceitável, caso aumente 10 leitos por exemplo, já seriam necessários 10 médicos para manutenção de uma escala de trabalho, existe ainda o impedimento referente aos recursos financeiros, posto que a Secretaria de Saúde já não possui mais valores disponíveis para abertura de mais leitos, sobre as vacinas, informa que Rondônia foi um dos Estados que menos recebeu vacinas de forma proporcional, no entanto, há cerca de seis ou sete remessas tem se equiparado com a média nacional, relata ainda que o Acre recebeu 35.000 doses da vacina astrazeneca, enquanto o Estado de Rondônia apenas 12.000 mesmo tendo muito mais habitantes. Dr. Tiago Cordeiro, informa que a situação de distribuição das vacinas em quantitativo proporcionalmente pequeno para o Estado de Rondônia está sendo acompanhada pelo TCE e CGU. Dr. Fernando Máximo reforça a dificuldade gerada pela distribuição não adequada de quantitativo de vacinas para o Estado de Rondônia em forma proporcional. Caio expõe que não tem como esperar um resultado diferente, se tivermos uma entrega tardia das vacinas, caso entreguem todas as vacinas em quantitativo proporcional a dos outros Estados somente ao final, não terá forma de evitar a letalidade da doença no Estado. Luís Fernando questiona sobre a possibilidade de judicializar a demanda. Dr Tiago afirma existir a possibilidade, visto que outros Estados menos prejudicados assim o fizeram, chama ainda atenção para a necessidade da casa civil observar e analisar a possibilidade de se ajuizar uma demanda, visto que caso a situação evolua e retorne a um cenário semelhante ao que já vivemos e os órgãos de controle observarem que não fizemos nada a respeito da disparidade de quantitativo de vacinas que nos foram enviadas e tomado medidas para uma distribuição equânime, é possível que a responsabilidade recaia sobre a atual gestão. Havendo a necessidade de ser este tato mais incisivo por ser fundamental. Dr. Fernando Máximo expõe que foram realizadas documentações sobre relatos referentes a disparidade no quantitativo de doses de vacinas para o Estado de Rondônia, contudo, findou represado em outros setores, levanta a necessidade de atenção e cuidado com respeito a gestão, mas também observar as responsabilidades que nos cabe para evitar prejuízos futuros. Dr tiago, chama atenção para que a representante da governadoria esteja atenta para que seja levantada esta questão Flávia informa que está anotando e que levará tudo ao secretário, informa ainda a possibilidade de alteração nos decretos de distanciamento no tocante a percentuais, pontua ainda que o secretário e a diretora executiva estão em agendas no interior na inauguração de projetos do governador. Dr Tiago levanta a importância de observar as projeções inclusive de uma Universidade de Washington que prevê uma terceira onda de pacientes contaminados por COVID-19 no Brasil. Caio informa que está acompanhando estes estudos e que atualmente dão um pouco de divergência com os estudos que ele mesmo realiza, mostrando-se mais brando por avaliar também as medidas que estão sendo tomadas, salientando que os estudos são possibilidades e que são muitas as variáveis que podem alterar os resultados. Luís Fernando levanta a importância de relato por parte da secretaria para reforçar o fomento a vacina, visto que as medidas de distanciamento social não tem sido tão eficazes no nosso Estado. Dr Fernando Máximo deixa como encaminhamento da AGEVISA munir a PGE das informações e dados para que possa fazer inicialmente de forma extrajudicial, isto, por respeito aos alinhamentos já realizados com o Ministério da Saúde. Aberta a votação para este encaminhamento: Todos os presentes estando a favor. Dr Fernando Máximo dispõe o segundo encaminhamento, expondo necessitar de ajuda do Caio Nemeth, para que responda sobre como devemos agir neste momento sobre

liberação, flexibilização, mudar percentuais. Caio responde que acima de tudo é importante manter a unidade, verificar o olhar por parte do governador, quem hoje é nossa representatividade do governo e fazer avaliação de riscos em cima disso, mas nesse momento com gráfico lateralizado e com possibilidade de subida considera arriscado e precisaria estudar mais a respeito (pelo menos mais uma semana) para outras considerações, reforça que estamos muito perto da linha limite. Heráclito traz a informação de que no dia 08 deveria ter sido publicada uma nova portaria com a classificação dos municípios, contudo, na eminência de sair um novo decreto, a portaria não foi publicada, salientando que o cenário nesta data apenas Porto Velho está na fase 1 e os outros municípios estão na fase 2 ou 3, levantando a necessidade de posicionamento para que haja a nova classificação de fases visto que outros municípios continuarão a questionar. Dr Fernando Máximo levanta a necessidade de posicionamento sobre mudar o decreto ou não, isto, seguindo os dados apresentados, reforçando que a decisão final é de nossa Liderança na pessoa do Governador, mas que cabe ao comitê realizar informes que direcionem quanto a real situação da Pandemia neste momento, para que futuramente não sejam imputados em omissão destes dados, visto ser essa uma das funções do comitê, fazendo sempre sugestões dentro dos critérios de lógica e de razoabilidade. Caio responde que a nível técnico não consegue oferecer uma resposta hoje por conta da lateralização dos gráficos, porém informa que o mais seguro seria manter como está, salienta que o relatório desta data e de amanhã serão decisivos, tecnicamente falando não possui uma resposta de certo e errado, apenas caminhos com mais segurança e menos segurança. Amanda Diniz levanta a necessidade de se considerar que quanto maior a flexibilização, mais à vontade age a população. Dr Tiago expõe que a dificuldade de retroceder em medidas de restrição é sempre maior do que a de manutenção. Caio informa que pelo cálculo realizado com os dados do dia, houve uma quebra significativa, dois dias de alta e um dia de queda (318), mas ainda é necessário uma nova avaliação. Flávia informa que a previsão de novas disposições e decretos é para a semana que vem. Caio solicita os dados do dia seguinte para que possa fazer estatísticas de forma fidedigna. Dr. Fernando agenda próxima reunião para o dia seguinte, com dados atualizados para as devidas considerações, levanta ainda a necessidade de reforçar aos municípios a importância de promover a vacinação com mais velocidade para que os resultados possam ser consistentes, incentivar também o tribunal de contas para averiguar a situação. Encaminhamentos: 1º) AGEVISA munir a PGE das informações e dados para que possa fazer inicialmente de forma extrajudicial, isto, por respeito aos alinhamentos já realizados com o Ministério da Saúde. 2º) Reunião no dia 14 às 19 para nova consideração munido dos relatórios do dia 14 e 15. Feitas estas considerações, encerra-se a referida reunião